



Plano de Atividades

2022

d.gTerritório
Direção-Geral do Território

FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES DGT 2022

Coleção

Documentos anuais de gestão

Coordenação, edição e tratamento de dados

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

© DGT 2022

Direção-Geral do Território

Rua da Artilharia Um, n.º 107 | 1099-052 Lisboa | www.dgterritorio.pt

ÍNDICE

I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2022	3
1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT	8
1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	8
1.2. ESTRUTURA DA DGT	11
2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2022	18
2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	18
2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS	18
2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2022	22
3. RECURSOS	26
3.1. RECURSOS HUMANOS	26
3.2. RECURSOS FINANCEIROS	28
4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO	32
5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS	33
6. PLANO DE FORMAÇÃO	36
7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	37
8. LISTA DE ACRÓNIMOS	38
ANEXO I - Projetos e Atividades 2022	40
ANEXO II - Plano de Formação - Tabela 1 Capacidades formativas (formação interna)	52
ANEXO II - Plano de Formação - Tabela 2 Necessidades formativas (formação interna e externa)	53

I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2022

1. Introdução

O Plano de Atividades da Direção-Geral do Território (DGT) para 2022 constitui o instrumento de gestão interna de referência para o desenvolvimento de projetos e atividades ao longo do ano e para o estabelecimento dos resultados a atingir pela instituição e pelos seus dirigentes e trabalhadores, dando cumprimento ao legalmente estabelecido.

O Plano de Atividades DGT 2022 teve como ponto de partida:

1. a avaliação dos trabalhos realizados em 2021 e a aferição da concretização dos objetivos operacionais e dos objetivos estratégicos plurianuais;
2. as mudanças organizacionais e funcionais impostas e induzidas pelas medidas de contenção da pandemia, designadamente a adoção alargada do teletrabalho total ou parcial, a generalização de novos suportes e formas de comunicação e a digitalização e a desmaterialização aceleradas, que permitiram a mudança de circuitos e processos de trabalho;
3. as perspetivas de transformação e inovação configuradas pelo percurso de mudança e trabalho encetado em anos anteriores e pelos projetos estratégicos consagrados e reforçados em orçamento de investimento.

Foi considerado o quadro de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, efetuado o balanço do desempenho da DGT em 2021, revisitado o posicionamento e a visão estratégica da DGT e definidos os principais projetos e atividades em 2021, tendo presente o quadro de investimentos plurianuais consagrado.

Da consideração dos objetivos estratégicos traçados pela DGT para o cumprimento da sua missão, da ponderação de novas necessidades evidenciadas por políticas públicas da sua esfera de atuação e por utilizadores dos seus serviços, bem como da avaliação das mudanças

internalizadas nos processos de trabalho nos últimos anos e das novas oportunidades de transformação organizacional e de inovação da prestação de serviços pela DGT, resultou a validação e reformulação dos objetivos estratégicos e a seleção de um conjunto de 47 projetos principais e prioritários para o ano de 2022, visando o alcançar dos objetivos.

Os projetos a prosseguir em 2022 foram definidos em consonância com a missão e atribuições da DGT, com as obrigações do quadro legal e regulamentar aplicável, com as orientações específicas de gestão e execução das políticas públicas dos domínios da sua competência e em alinhamento programático com a visão e os objetivos estratégicos, tendo consideração o quadro de recursos perspetivados para 2022

O ciclo anual de gestão e o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho de trabalhadores e dirigentes serão orientados para o desenvolvimento e concretização do Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização da DGT.

O Plano de Formação da DGT para 2022 está alinhado com as necessidades operacionais do quadro de projetos e atividades principais e explora o potencial de formação interna e externa, num contexto de expansão generalizada da formação on-line.

2. Referencial estratégico 2022

O Plano de Atividades 2022 é guiado pelo referencial estratégico plurianual traduzido nos cinco objetivos estratégicos de médio prazo, assumidos em 2020 e agora reformulados, é conformado pelo quadro de recursos humanos, financeiros e tecnológicos programados, é contextualizado pelas condições decorrentes da crise pandémica e pelas perspetivas de recuperação económica e social que se lhe seguirão e prossegue objetivos de digitalização, modernização e inovação contínuas.

Neste enquadramento, releva-se a execução da Agenda para o Território do PNPOT, a prosseguir através de projetos de governança e de execução de medidas de política, designadamente: i) a governação do PNPOT alicerçada no Fórum Intersectorial (FIS-PNPOT), constituído pela RCM nº 48//2020, de 24 de junho; ii) o desenvolvimento do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU), previsto na Lei nº 99/2019, de 5 de setembro, que aprovou a revisão do PNPOT; iii) a elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) que, nos termos do previsto na Lei nº 31/2014, de 30 de maio, que aprovou

as bases da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo, deve ser apresentado em cada dois anos; iv) os contributos para estratégias, programas e planos territoriais em desenvolvimento e, em particular, o acompanhamento dos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT); v) a execução de medidas de política da responsabilidade da DGT, estabelecidas no PNPOT.

No âmbito do FI-PNPOT e do OOTU, em 2022, será prioritário concetualizar e operacionalizar a plataforma de cooperação institucional do FI para o acompanhamento, monitorização e avaliação da execução do PNPOT, consolidar a plataforma do sistema nacional de indicadores territoriais do OOTU, reforçando a articulação com outros observatórios e sistemas de informação estatística e geográfica nacionais e formalizando redes para o conhecimento das dinâmicas territoriais, bem como finalizar a produção do REOT.

No que concerne à execução de medidas de política previstas no PNPOT, da responsabilidade da DGT, salientam-se os projetos no quadro da “valorização do território através da paisagem” e do “ordenar e revitalizar os territórios da floresta”, a prosseguir, quer no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), com a dinamização da implementação e desenvolvimento de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e da promoção de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) em territórios florestais vulneráveis, incluindo operações de cadastro, quer, também, no âmbito geral da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, conceptualizando e concretizando um novo plano de ação a médio prazo para a qualificação das intervenções e dando visibilidade a projetos inovadores e boas práticas, no quadro dos prémios nacional e europeu da paisagem e da conferência anual da arquitetura e paisagem.

Mais se salientam os projetos no quadro da “promoção da informação geográfica”, em particular, no domínio da cartografia topográfica, o desenvolvimento da Base de Dados Nacional de Cartografia (BDNC), que permitirá a sistematização e disponibilização aberta de conjuntos de dados geográficos produzidos por diversas entidades da administração central e local e empresas, promovendo o valor social da informação geográfica e a reutilização de dados com retorno para a economia, mas, também o desenvolvimento do Sistema Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), centrado na produção da Carta de Ocupação do Solo (COS) e de produtos cartográficos complementares relativos à vegetação e biomassa e, ainda, a produção

de temas estruturantes da cartografia topográfica, com base em ortofotomapas, imagens de satélite e cobertura Lidar. No domínio da informação cadastral, a continuação do projeto de vetorização e atualização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR), apontando-se, no final de 2022, para 110 concelhos o total de concelhos disponibilizados no visualizador público sediado no portal da DGT. Na prossecução desta mediada de política, pretende-se garantir a produção regular de produtos cartográficos, da responsabilidade da DGT, destinados a suportar outros projetos internos, como a produção de indicadores das dinâmicas territoriais e o controlo do fracionamento da propriedade fundiária, no âmbito da conservação do cadastro, bem como, a contribuir para projetos de entidades externas que carecem de informação consistente e regular sobre o uso e ocupação, nomeadamente no quadro do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, do Sistema de Gestão territorial e do Sistema Estatístico Nacional.

No quadro da “dinamização das articulações interurbanas e dos subsistemas territoriais”, salientam-se, o projeto iTerritório, que visa a conceção e operacionalização de um modelo inovador de angariação e processamento de grandes volumes de dados, através da exploração automática das bases de dados abertas das entidades setoriais e de outros operadores e a constituição de uma plataforma dinâmica para a caracterização geográfica da oferta e da procura de serviços de interesse geral, útil para o planeamento e gestão de subsistemas territoriais e, noutra dimensão, a Iniciativa Cidades Circulares que promove a constituição de redes de cidades circulares, visando potenciar a partilha, transferência e capitalização do conhecimento das cidades, apoiar os municípios e as comunidades locais no planeamento da ação para a economia circular e proporcionar condições para ações urbanas inovadoras.

Embora um conjunto significativo dos projetos da DGT para 2022, encontre alinhamento direto nas medidas de política do PNPT, sobressaem, fora deste universo, um elevado número de outros projetos cruciais que suportam o desenvolvimento da missão da DGT e a melhoria da qualidade do seu desempenho, como sejam: i) os que se relacionam com a operação dos sistemas de informação geográfica, territorial e cadastral e com as bases de dados e plataformas de suporte destes sistemas, ii) os que dizem respeito a atividades de regulação das atividades de produção de cartografia e cadastro; iii) as atividades de investigação e participação em projetos de desenvolvimento experimental; iv) as atividades de modernização administrativa e transição digital dos serviços da DGT.

Considerando os projetos de modernização do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) encetados e concluídos em anos anteriores, será dada continuidade, em 2022, à ampliação e melhoria de bases de dados e plataformas eletrónicas de suporte, de que são exemplo, o alargamento da plataforma de Submissão Automática de Instrumentos de Gestão Territorial (SAIGT) e a gestão e melhoria contínua da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e da plataforma dos Técnicos de Cadastro Predial (TCP).

Em 2022 será retomada a promoção da aprovação do novo regime jurídico do cadastro predial e do quadro regulamentar associado, tendo em vista a recondução do cadastro geométrico da propriedade rústica a cadastro predial, a descentralização e partilha da execução de cadastro com os municípios e responsabilizando os TCP pela conservação do cadastro.

A participação em projetos de desenvolvimento experimental, inovação e demonstração de boas práticas, nomeadamente nos domínios das alterações climáticas, serviços dos ecossistemas, artificialização do solo, risco de incêndio, angariação e harmonização de dados geográficos, incluindo deteção remota e ciência dos dados, com o envolvimento de técnicos e investigadores, contribuem para a inovação nas respostas das políticas públicas a novas problemáticas e desafios sociais e reforçam a posição da DGT como centro de competências específicas, em domínios das suas atribuições.

Na área da administração e comunicação institucional, será continuada a linha de comunicação encetada com o novo Portal da DGT, operacionalizado em 2020, aprofundando as relações com outras instituições e utilizadores e com os cidadãos, em alinhamento com os objetivos de transparência administrativa de desmaterialização e simplificação de procedimentos, de digitalização e de abertura de dados geográficos.

1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT

1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

ENQUADRAMENTO

A Direção-Geral do Território, abreviadamente designada por DGT, foi criada pela Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, tendo a sua orgânica sido aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

Através do Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, a estrutura orgânica da DGT foi alterada, por forma a prever a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração direta então integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A estrutura nuclear da DGT, bem como as competências das diversas unidades orgânicas nucleares encontra-se plasmada na Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto.

Atualmente a DGT encontra-se na tutela do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, dependendo do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território.

NATUREZA

A DGT foi criada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, sendo um serviço central integrado na administração direta do Estado, no âmbito do Ministério do Ambiente (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro), dotado de autonomia administrativa (Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto).

MISSÃO

Prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência.

VISÃO

Instituição de referência na promoção do desenvolvimento territorial, reconhecida pelos resultados do seu trabalho nos domínios da valorização do território, da valorização da informação geográfica e do cadastro predial e da investigação e experimentação para inovação, bem como pelas suas práticas de transparência e abertura institucional.

VALORES

Profissionalismo - prosseguindo o interesse público e a criação de valor para a sociedade

Competência - prestando serviços de qualidade e relevante interesse para a administração, empresas, organizações e cidadãos

Responsabilidade - garantindo o rigor e a ética e assegurando boas práticas sociais, económicas e ambientais

Transição Digital e Inovação - incrementando o conhecimento, promovendo a melhoria contínua de processos, métodos e práticas e fomentando novas tecnologias de informação e comunicação

Transparência - assegurando a prestação de contas e a abertura institucional

COMPROMISSOS

- Valorização do território e da informação geográfica
- Transição digital
- Cooperação institucional

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Destacam-se as seguintes:

1.	Contribuir para a definição das políticas públicas nacionais de Ordenamento do Território, Cidades e Paisagem, de Cartografia e Informação Geográfica e de Cadastro, promovendo a sua execução e assegurando a respetiva monitorização e avaliação
2.	Promover a implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e assegurar a produção do Relatório de Estado do Ordenamento do Território Nacional (REOT)
3.	Desenvolver sistemas de informação geográfica e territorial - Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) - bases de dados e plataformas colaborativas para sistematização e disponibilização de informação geográfica e garantir o funcionamento do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU)
4.	Produzir, sistematizar e disponibilizar informação geográfica oficial nacional
5.	Regular o exercício de atividades e a qualidade da produção nos domínios da cartografia e cadastro
6.	Desenvolver projetos de investigação e desenvolvimento experimental inovadores e demonstradores de boas práticas, nos domínios da sua competência
7.	Coordenar a atividade de órgãos consultivos, designadamente a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia, o Conselho Orientador do Sistema

	Nacional e Informação Geográfica e a Comissão de Arquitetura e Paisagem e integrar o Conselho Superior de Obras Públicas
8.	Assegurar a representação nacional e internacional nos domínios da sua competência.

1.2. ESTRUTURA DA DGT

A DGT é dirigida por uma diretora-geral, coadjuvada por três subdiretores-gerais, os quais exercem as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas.

A DGT estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT);

Direção de Serviços de Informação Cadastral (DSIC)

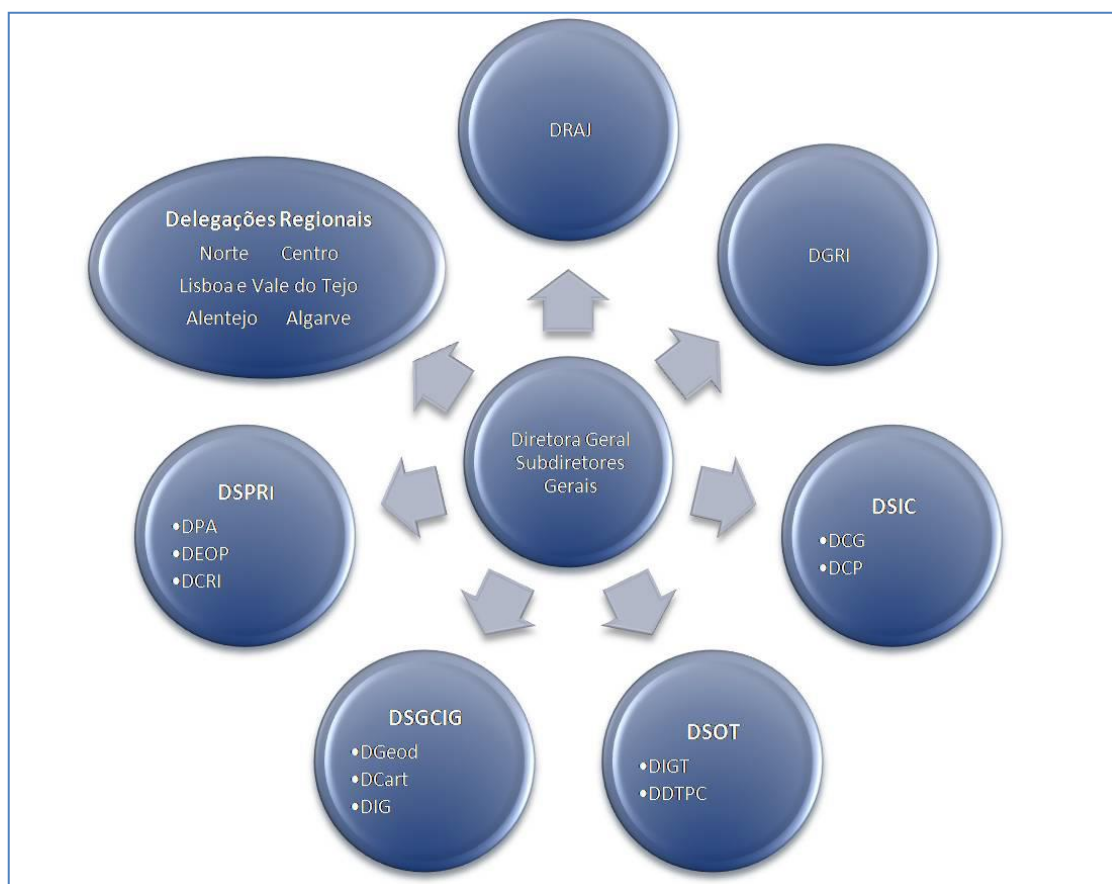
Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica (DSGCI)

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio (DSPRI)

Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica (DRAJ)

Divisão de Gestão de Recursos Informáticos (DGRI)

Equipa multidisciplinar: **Inovação e Gestão de Dados para Indicadores Territoriais**



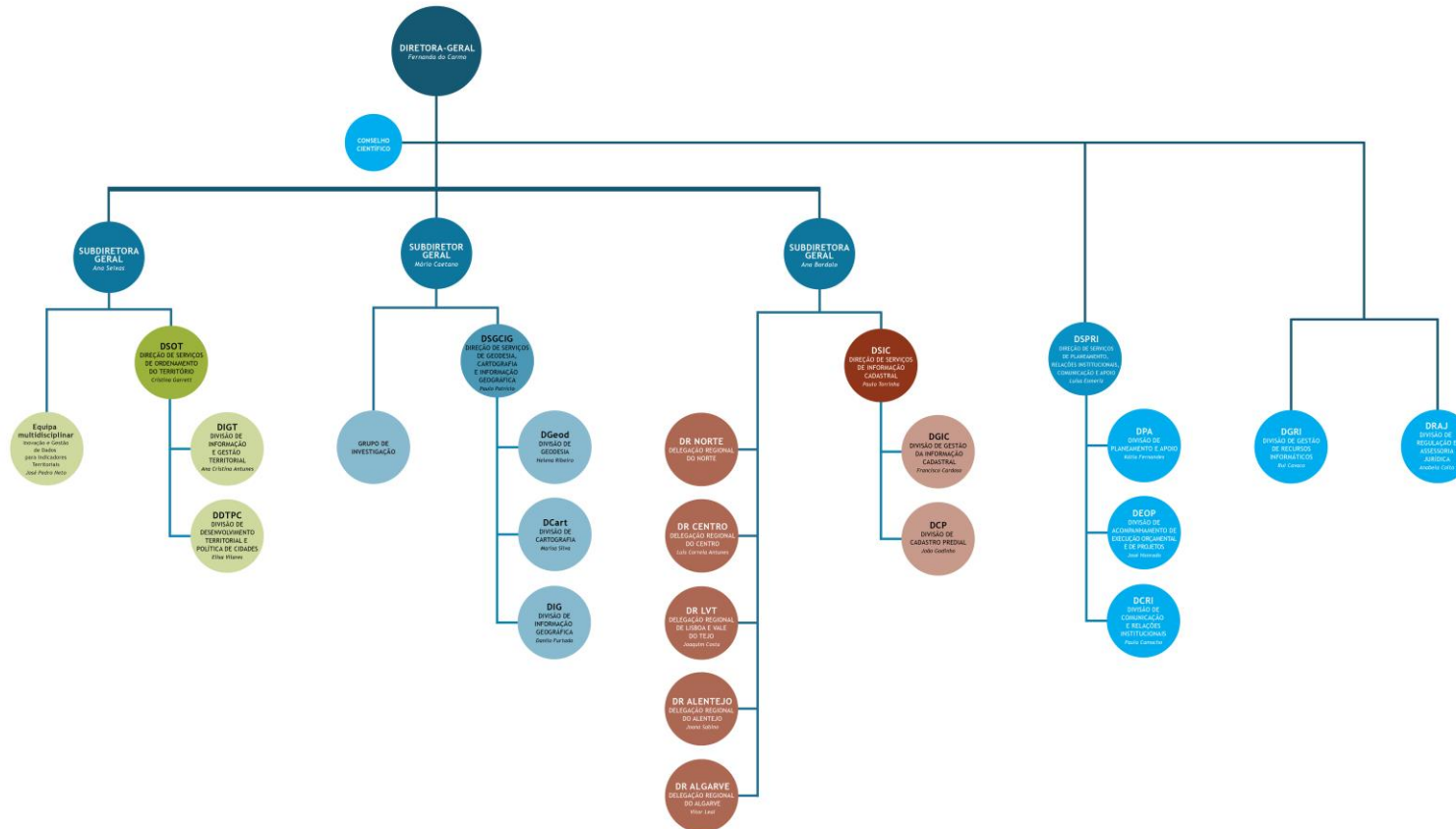
As **Delegações Regionais**, previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 março, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, e no n.º 7 da Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto, são unidades flexíveis, em número de cinco, com competências no âmbito das atribuições da DGT, que prestam apoio às unidades orgânicas, quando solicitado:

- a) Delegação Regional do Norte, com sede em Mirandela, e com uma extensão em Santa Maria da Feira
- b) Delegação Regional do Centro, com sede em Castelo Branco e com uma extensão em Condeixa-a-Nova;
- c) Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Santarém;
- d) Delegação Regional do Alentejo, com sede em Beja;
- e) Delegação Regional do Algarve, com sede em Faro e um posto de atendimento em Portimão.



O **Conselho Científico** da DGT é um órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação e nas tomadas de decisão da diretora-geral no que se refere à atividade científica da DGT. Esta atividade é assegurada por um grupo de investigadores, funcionalmente dependentes da direção da DGT.

ORGANOGRAMA DA DGT



Junto da DGT funcionam a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia e o Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica:

Comissão Nacional do Território

A Comissão Nacional do Território (CNT) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, sustentada em indicadores qualitativos e quantitativos dos instrumentos de gestão territorial, restrições de utilidade pública e servidões administrativas.

A CNT funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território, competindo-lhe:

1. Acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e urbanismo;
2. Emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas ao ordenamento do território, por sua iniciativa ou a solicitação do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território;
3. Acompanhar e monitorizar a elaboração do relatório nacional sobre o estado do ordenamento do território;
4. Recomendar a elaboração, alteração ou revisão dos relatórios periódicos de avaliação sobre o desenvolvimento das orientações fundamentais do programa nacional da política de ordenamento do território, em especial sobre a articulação das estratégias setoriais;
5. Apresentar à DGT propostas de elaboração de normas técnicas e procedimentos uniformes para todo o território nacional a aplicar pelos organismos com responsabilidades e competências em matéria de ordenamento do território;
6. Apresentar à DGT propostas de elaboração de manuais técnicos de boas práticas em política de ordenamento do território;
7. Publicar os relatórios, pareceres ou quaisquer outros trabalhos emitidos ou realizados no âmbito das suas competências;
8. As demais competências previstas no decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da REN, a CNT sucede nas atribuições da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, bem como em todas as posições jurídicas assumidas por esta.

Conselho Coordenador de Cartografia

O Conselho Coordenador de Cartografia (CCC) é o órgão de coordenação da atividade dos organismos e serviços públicos legalmente competentes para produzir cartografia.

O CCC foi criado e é regulado pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/96, de 18 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 59/2002, de 15 de março, pelo Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto.

Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica

O Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, com vista a assegurar a coordenação estratégica do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG). O Decreto-Lei n.º 84/2015, de 21 de maio, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, modificando a composição do CO-SNIG.

A 16 de março de 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 29/2017, que constitui a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, 7 de agosto.

Esta última alteração legislativa teve por objetivo dar cumprimento às observações que foram aduzidas pela Comissão Europeia e, assim, colmatar algumas lacunas e deficiências verificadas na transposição da Diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de março de 2007, mais conhecida por Diretiva INSPIRE.

Este Conselho tem intervenção em diferentes aspetos associados ao desenvolvimento do SNIG, como por exemplo, a aprovação das orientações estratégicas e dos objetivos gerais do SNIG, a promoção da boa articulação entre os membros da rede do SNIG e a apreciação de eventuais situações de divergência de interesses.

Em resultado da última alteração efetuada ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, através do Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março, o CO-SNIG passou a incluir todas as entidades com responsabilidades identificadas na produção de informação geográfica, ficando mais participado e plural, prevendo-se ainda que entidades agora não integradas o possam vir a ser no futuro, nomeadamente aquelas que venham a adquirir responsabilidades na produção de informação geográfica.

2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2022

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1 Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades

2 Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial

3 Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial

4 Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação de informação cadastral

5 Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e a transformação digital

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Os objetivos operacionais a prosseguir pela DGT foram definidos com base nos objetivos estratégicos e enquadram os projetos e atividades a desenvolver ao longo do ano pelo conjunto das unidades orgânicas.

A definição dos objetivos operacionais e dos respetivos projetos e atividades formam o referencial do estabelecimento de objetivos de desempenho da DGT e das suas unidades orgânicas, bem como dos objetivos de desempenho individuais dos seus dirigentes e dos trabalhadores.

1**OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE1****Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades**

OOp n	Descrição
OOp 1.1	Observar as dinâmicas territoriais
OOp 1.2	Promover, monitorizar e avaliar as medidas de política de ordenamento do território, cidades e paisagem
OOp 1.3	Promover projetos inovadores e novas abordagens de sustentabilidade
OOp 1.4	Promover a investigação aplicada ao território

2**OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE2****Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial**

OOp n	Descrição
OOp 2.1	Consolidar o Sistema Nacional de Informação Territorial
OOp 2.2	Expandir o Sistema Nacional de Informação Geográfica e otimizar o Registo Nacional de Dados Geográficos
OOp 2.3	Concetualizar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação Cadastral

3

OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE3

Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial

OOp n	Descrição
OOp 3.1	Desenvolver e implementar o Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo e a Base de Dados Nacional de Cartografia
OOp 3.2	Produzir e disponibilizar dados e produtos cartográficos oficiais e regular a atividade de cartografia
OOp 3.3	Modernizar a Infraestrutura Geodésica Nacional

4

OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE4

Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação cadastral

OOp n	Descrição
OOp 4.1	Desenvolver modelos de dados e ferramentas de apoio à gestão
OOp 4.2	Assegurar a execução e conservação do cadastro
OOp 4.3	Regular a atividade de cadastro

5

OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE5

Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e a transformação digital

OOp n	Descrição
OOp 5.1	Assegurar a cooperação nacional e europeia, coordenar e participar em órgãos consultivos
OOp 5.2	Modernizar e otimizar a infraestrutura física e tecnológica
OOp 5.3	Promover a eficiência e eficácia, inovação e simplificação de processos
OOp 5.4	Reforçar a projeção da DGT
OOp 5.5	Capacitar os recursos humanos da DGT

A relação entre os objetivos operacionais e os projetos e atividades é indicada no quadro do Anexo I - Projetos e Atividades para 2022, que sistematiza os projetos a desenvolver por cada unidade orgânica.

2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2022

Objetivos Estratégicos 2022												
										Meta	Grau de concretização	
OE1: Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades												
OE2: Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial												
OE3: Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial												
OE4: Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação cadastral												
OE5: Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e transformação digital												
Objetivos Operacionais (OOP)												
EFICÁCIA										PESO:	25%	
OOP1	Assegurar a análise de propostas de legislação e de regulamentação										Peso:	50%
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1	Número de propostas legislativas e regulamentares analisadas	NA	6	6	1	7	100%					
100%									Taxa de Realização do OOP1		0%	
OOP2	Implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território										Peso:	50%
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2	Taxa de atualização dos indicadores disponibilizados no portal OOTU	NA	NA	70%	5%	80%	50%					
Ind3	Data da apresentação do modelo de monitorização do PTP	NA	NA	20/dez	5dias	15/dez	50%					
100%									Taxa de Realização do OOP2		0%	

EFICIÊNCIA											PESO:	25%
OOP3 Execução e Gestão de Cadastro										Peso:	50%	
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind4	Número de concelhos vetorizados e atualizados, disponibilizados por serviços web em ETRS89	30	34	33	3	36	100%					
100%									Taxa de Realização do OOP3	0%		
OOP4 Sistemas de Informação Geográfica e Territorial										Peso:	50%	
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind5	Data da implementação da nova versão do Portal do Técnico de Cadastro predial	NA	NA	20/dez	5 dias	15/dez	10%					
Ind6	Data de apresentação do documento de estratégia para a evolução do SNIG	NA	NA	20/dez	5 dias	15/dez	25%					
Ind7	Data da implementação do portal SMOS e da aplicação COSvgi	NA	NA	30/nov	5 dias	15/nov	25%					
Ind8	Portugal visto do Céu - Disponibilização de serviços de dados geográficos para visualização de várias coberturas integrais de Portugal continental com ortofotos produzidos ao longo das últimas décadas	NA	NA	20/dez	5 dias	15/dez	40%					
100%									Taxa de Realização do OOP4	0%		

QUALIDADE											PESO:	50%
OOP5	Sensibilização dos cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica										Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind9	Número de conferências/workshops/seminários efetuados	12	15	16	2	18	50%					
Ind10	Número de páginas do Museu Virtual atualizadas	6	8	9	2	11	50%					
100%									Taxa de Realização do OOP5	0%		
OOP6	Promover a boa gestão dos trabalhadores/as										Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind11	Número de trabalhadores/as que frequentem ações de formação	NA	NA	65	5	75	50%					
Ind12	Taxa de trabalhadores/as com jornada contínua e teletrabalho autorizados	NA	NA	15	3	20	50%					
100%									Taxa de Realização do OOP6	0%		
OOP7	Promover o desenvolvimento e projeção da DGT										Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2020	Realizado 2021	Meta 2022	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind13	Percentagem de respostas com nível de satisfação bom (Inquérito à qualidade do atendimento e portal da DGT)	NA	NA	40%	5%	50%	100%					
100%									Taxa de Realização do OOP7	0%		

Alinhamento entre os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais da DGT:

	OE1: Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e promover a política de cidades	OE2: Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial	OE3: Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial	OE4: Inovar na produção, gestão e disponibilização de informação cadastral	OE5: Melhorar o desempenho organizacional e promover a inovação, simplificação, capacitação e a transformação digital
OOP1 - Assegurar a análise de propostas de legislação e de regulamentação	✓	✓	✓	✓	✓
OOP2 - Implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	✓	✓			
OOP3 - Execução e Gestão de Cadastro				✓	
OOP4 - Sistemas de Informação Geográfica e Territorial		✓	✓	✓	
OOP5 - Sensibilização dos cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica	✓	✓	✓	✓	✓
OOP6 - Promover a boa gestão dos trabalhadores/as	✓	✓	✓	✓	✓
OOP7 - Promover o desenvolvimento e projeção da DGT	✓	✓	✓	✓	✓

3. RECURSOS

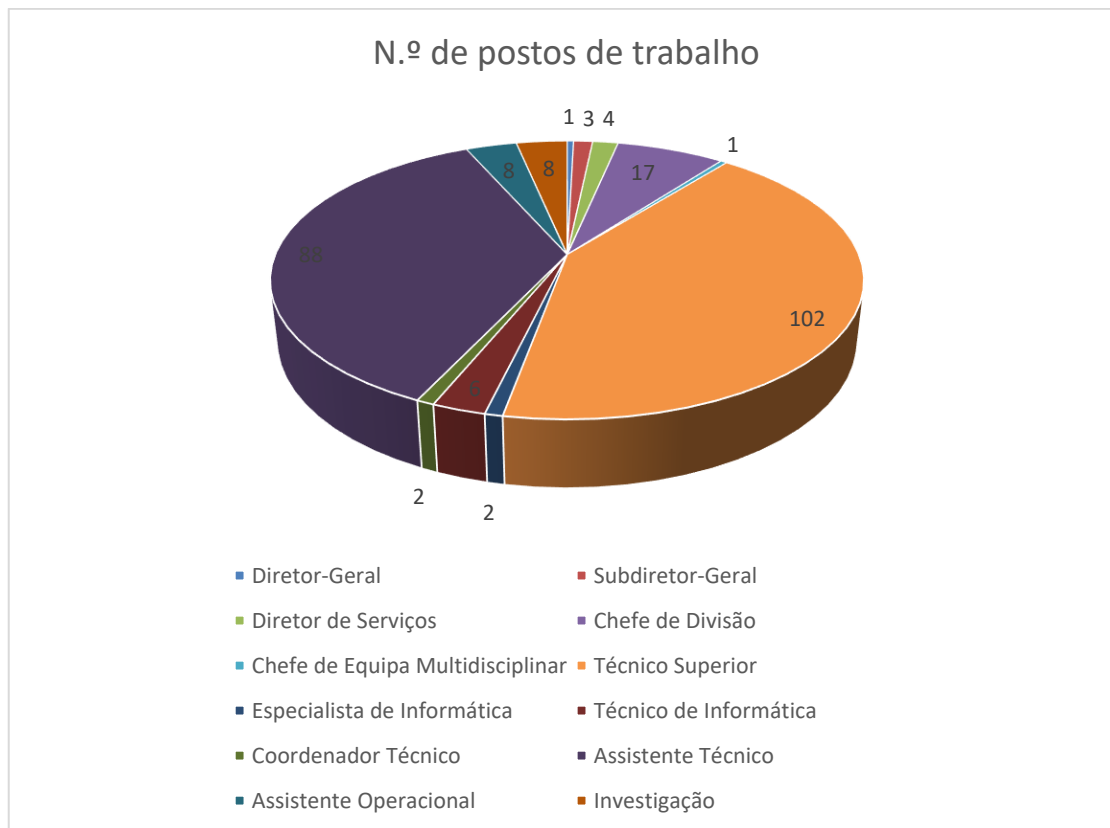
3.1. RECURSOS HUMANOS

O mapa de pessoal aprovado pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática para a DGT em 2022 contempla 242 trabalhadores aos quais se aplica o regime de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, constante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na sua versão atual).

No quadro seguinte apresenta-se o [Mapa de pessoal da DGT previsto para 2022](#):

Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho
Diretor-Geral	1
Subdiretor-Geral	3
Diretor de Serviços	4
Chefe de Divisão	17
Chefe de Equipa Multidisciplinar	1
Técnico Superior	102
Especialista de Informática	2
Técnico de Informática	6
Coordenador Técnico	2
Assistente Técnico	88
Assistente Operacional	8
Investigação	8
TOTAL	242

Traduzido no seguinte gráfico:



O mapa de pessoal de 2022 da DGT, prevê um aumento de 15 postos de trabalho face ao mapa aprovado para 2021, passando a uma dotação de 242 postos de trabalho.

A DGT tem sido afetada por uma acentuada carência de recursos humanos, em particular de recursos humanos qualificados, o que condiciona a respetiva atuação, sendo passível de comprometer a prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

Neste sentido foram reforçados os postos de trabalho na carreira de técnico superior, em ordem a fazer face a um novo paradigma de exigência tecnológica e à premência da qualificação do seu mapa de pessoal, designadamente nas seguintes matérias e áreas de atuação:

- implementação do Observatório do Ordenamento do Território, determinada pela Assembleia da República, na decorrência da aprovação do Programa Nacional da

Política de Ordenamento do Território (PNPOT), e a atuação da DGT no âmbito do Fórum intersectorial do PNPOT;

- intervenção no âmbito da revisão do Planos Regionais de Ordenamento do Território;
- criação do Centro de Inovação e Gestão de Dados para Indicadores Territoriais, equipa multidisciplinar destinada a prosseguir a inovação na aquisição, gestão e governança de dados para a produção de indicadores territoriais; as novas competências no âmbito do novo regime jurídico da reconversão da paisagem aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, designadamente a intervenção em matéria de elaboração de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e de constituição de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
- utilização de recursos humanos próprios, ou seja, sem recurso a externalização, nas tarefas de produção de ortofotomapas e da produção da Carta de Ocupação do Solo, sublinhando-se a sua relevância para a implementação do Plano Nacional de Fogos Florestais;
- na área do cadastro e no âmbito de uma reorganização das unidades flexíveis que prosseguem estas atribuições, a criação de uma unidade orgânica cujas competências incidem no Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC), em ordem a permitir articular de forma eficiente, a nível tecnológico, o SNIC com o Balcão Único do Prédio (BUPi), criado pela Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, importando realçar que a DGT deverá disponibilizar no BUPi a informação sobre os elementos cadastrais existentes, procedendo para o efeito à respetiva informatização e vectorização, até 31.12.2022, nos termos do disposto na Lei n.º 65/2019, que mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS

No que concerne aos recursos financeiros, a DGT dispõe de receitas provenientes de dotações de receitas gerais (Orçamento do Estado), dispondo ainda de receitas próprias, que arrecada durante o ano económico.

O orçamento da DGT para o ano de 2022 foi elaborado com base no *plafond* atribuído pelo Ministério do Ambiente e da Transição Ação Climática:

Plafond: €: 7.250.100

Orçamento de Funcionamento: € 6.764.998

Orçamento de Investimento: € 485.112

O Orçamento de investimento abarca ainda as operações de financiamento comunitárias, projetos financiados pelo Fundo Ambiental e ainda os projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Orçamento da DGT 2022 – dotação inicial do orçamento (sem cativações €)

Orçamento de Funcionamento (OF)	€8.961.038
Despesas c/Pessoal	€7.179.280
Aquisições de Bens e Serviços	€1.427.187
Outras despesas correntes	€354.571
Orçamento de Investimento (OI)	€18.538.307
Total (OF+OI)	€27.499.345

Relativamente à previsão da despesa orçamentada, salienta-se que a transferência do Orçamento do Estado é afeta exclusivamente a despesas com o pessoal e que o diferencial da despesa global estimada terá de ser financiado por Receitas Próprias.

O quadro infra traduz a evolução dos orçamentos de funcionamento e de investimento nos últimos anos:

	OF	OI	TOTAL
2018	8.035.424€	1.074.224€	9.109.648€
2019	8.596.583€	2.294.197€	10.890.780€
2020	8.717.197€	2.604.984€	11.322.181€
2021	8.893.211€	3.460.460€	12.353.671€
2022	8.961.038€	18.538.307€	27.499.345 €

Orçamento de Investimento

O Orçamento de Investimento engloba Projetos que preveem ações de carácter específico relacionadas com as atribuições da DGT, designadamente nas matérias de ordenamento do território, cadastro e sistemas de informação, conforme se pode constatar pela análise dos quadros infra:

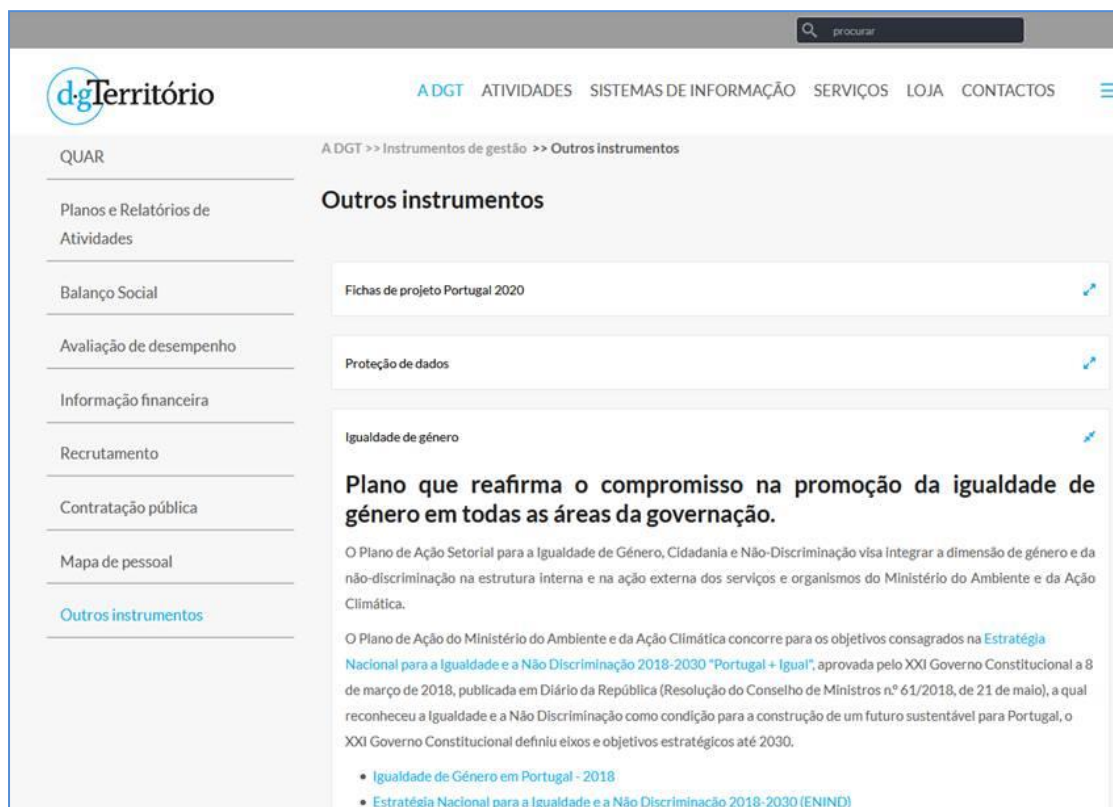
Orçamento de Investimento	
10205 - Caraterização definitiva dos 7 concelhos objeto de execução de cadastro predial (CD7)	51 100 €
10919 - Iniciativa Nacional Cidades Circulares	785 760 €
11176 - INM - Infraestrutura Nacional de Moradas	60 000 €
11183 - ITERRITÓRIO - Modelação Inteligente do Acesso Territorial a Serviços de Interesse Geral	82 000 €
11190 - SMOS - Sistema de Monitorização de ocupação do Solo	450 000 €
11449-Território Digital	645 547 €
11450-Estudos para apoio a Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e aos planos para Áreas Integradas de Gestão da Paisagem	460 000 €
11451-DGT Digital	200 000 €
TOTAL	2 734 407 €

Orçamento de Investimento - PRR	
Sub-investimento: RE-C08-i02: RE-C08-i01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - PRGP	2 249 300 €
Sub-investimento: RE-C08-i02: Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo e Sistema de Conservação do Cadastro e de acreditação de Técnicos de Cadastro Predial	13 554 600 €
TOTAL	15 803 900 €

4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

O Plano de Ação do Ministério do Ambiente e da Ação Climática concorre para os objetivos consagrados na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual", aprovada pelo XXI Governo Constitucional a 8 de março de 2018 (RCM n.º 61/2018, de 21 de maio), a qual reconheceu a Igualdade e a Não Discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal.

Tendo o Governo definido os eixos e objetivos estratégicos até 2030 e em ordem a prosseguir os desideratos previstos nos documentos orientadores, bem como os que constarão nas Grandes Opções do Plano para 2022, a DGT procurará dar continuidade às atividades prosseguidas nos anos anteriores, designadamente a participação em ações de sensibilização e formação na área da Igualdade de Género, promoção da linguagem inclusiva, atualização de conteúdos da página da Igualdade de Género na página da internet da DGT, disponibilização de material informativo sobre Igualdade de Género e Não-Discriminação, bem como a participação em todas as iniciativas a que seja possível associar-nos.



procurar

d.gTerritório

A DGT ATIVIDADES SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SERVIÇOS LOJA CONTACTOS

QUAR

A DGT >> Instrumentos de gestão >> Outros instrumentos

Outros instrumentos

Fichas de projeto Portugal 2020

Proteção de dados

Igualdade de género

Plano que reafirma o compromisso na promoção da igualdade de género em todas as áreas da governação.

O Plano de Ação Setorial para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação visa integrar a dimensão de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

O Plano de Ação do Ministério do Ambiente e da Ação Climática concorre para os objetivos consagrados na [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual"](#), aprovada pelo XXI Governo Constitucional a 8 de março de 2018, publicada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio), a qual reconheceu a Igualdade e a Não Discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, o XXI Governo Constitucional definiu eixos e objetivos estratégicos até 2030.

- [Igualdade de Género em Portugal - 2018](#)
- [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 \(ENIND\)](#)

5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

A DGT assegura o acompanhamento das atividades de ordenamento do território, do urbanismo, das cidades, da paisagem, da geodesia, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica, no quadro da cooperação institucional, das organizações internacionais, da cooperação para o desenvolvimento, assegurando concomitantemente a representatividade, quer nacional quer internacional, junto de diversas entidades e organismos nas áreas referidas.

De entre as suas inúmeras atribuições a Direção-Geral deve promover, coordenar, apoiar, realizar, participar e divulgar programas e projetos de investigação científica, bem como o desenvolvimento experimental nacional, comunitário e internacional, nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da informação geográfica.

O quadro infra sintetiza as representações em organismos/entidades ou grupos de trabalho a nível internacional:

Temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Ordenamento do território / coesão territorial	Diretores-Gerais da Coesão Territorial (UE)
	Network of Territorial Cohesion Contact Points (UE)
	ESPON Monitoring Committee
	ESPON Contact Point
	TA2030 Pilot Action Landscape Transition
	EIONET Group Land Systems
	EIONET Group Land Systems / Thematic group 2: Land system accounting/analysis data and methods
	EIONET Group Land Systems / Thematic group 3: Support to Copernicus land monitoring
	Expert Group on Soil (UE)
	Expert Working Group on Climate Change and Territorial Development (UE)

Temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Assuntos urbanos	Diretores-Gerais dos Assuntos Urbanos (UE)
	Urban Development Group (UE)
	URBACT Monitoring Committee
	National URBACT Point
	Regional Development Policy Committee – Working Party on Urban Policy (OCDE)
	DG REGIO Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matter (UE)
	UN New Urban Agenda Focal Point
	UNECE Committee on Urban Development, Housing and Land Management
	Union for the Mediterranean National Coordinator for Sustainable Urban Development
	<i>Driving Urban Transitions (Horizon Europe)</i>
Paisagem	Comité Diretor da Cultura Património e Paisagem
	Convenção Europeia da Paisagem
INSPIRE	INSPIRE Committee
	INSPIRE National Contact Point
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Policy subgroup (MIG-P)
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Technical subgroup (MIG-T)
Geodesia	EUREF - European Reference Frame
	IUGG - International Union of Geodesy and Geophysics
	SPUIAGG - Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica, Geodésica e Geofísica

Temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Cadastró	Comité Permanente de Cadastro - CPC Iberoamericano
	Comité Permanente de Cadastro - UE
	WPLA - Working Party on Land Administration
Informação Geográfica	EuroGeographics - European National Mapping and Cadastral Agencies Expert Group Land Use and Spatial Planning - (LSU/ESA) WG1 – Legal and Commercial Issues WG Quality & Standards WG Geodesy Projecto SABE - Seamless Administrative Bounderies of European Projecto EuroGlobalMap Projecto EuroRegionalMap Projecto EuroMapFinder Projecto Pricing & Licensing Projecto EuroSpec Open Maps Cadastral
	DIGSA - Directores dos Institutos Geográficos da América do Sul, Espanha e Portugal
	EARSel - European Association of Remote Sensing Laboratories
	GISIG - Geographical Information Systems International Group
	ICA - International Cartographic Association
	CIL - Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha
	Grupo de peritos de Nomes Geográficos das Nações Unidas
	Conselho Superior Geográfico de Espanha
	Group for Earth Observation (GEO) Plenary Committee
	Group for Earth Observation (GEO) European High Level Policy Group
	Copernicus Committee
	EuroSDR – European Spatial Data Research
	European Space Agency (ESA) Programme Board on Earth Observation (PBEO)

6. PLANO DE FORMAÇÃO

Considerando que o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, pressupõe a elaboração pelos órgãos e serviços do Plano de Formação, devidamente orçamentado, inserto no ciclo de gestão e fazendo parte do Plano de Atividades, a DGT procedeu à elaboração do respetivo Plano de Formação.

No âmbito deste novo regime, assume especial relevância a formação contínua dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública, permitindo a atualização e a valorização pessoal e profissional dos mesmos ao longo da carreira profissional, em ordem a aplicar os conhecimentos e a transferi-los para o exercício do trabalho, inclusivamente habilitando os formandos ao desempenho de novas atividades profissionais (Cfr. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016).

No atual circunstancialismo com que se depara a Administração Pública, a capacidade de adaptação à mudança assume-se, cada vez mais, como uma componente essencial do sucesso das suas instituições, considerando as necessidades dos colaboradores e alinhando-as com os objetivos da organização, em ordem a alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência.

Neste contexto, a elaboração do plano de formação assentou num pressuposto de maximização de oportunidades formativas e de gestão eficiente dos recursos, tendo sido privilegiadas as ações de formação interna e, de entre estas, as que de forma mais imediata contribuem para a melhoria do desempenho individual e organizacional, balanceadas, sempre que o enquadramento orçamental o permita, por formação ministrada por entidades externas à DGT.

A formação externa será programada ao longo do ano, sendo que serão privilegiadas ações que permitam suprir necessidades coletivas e colmatar necessidades específicas. Neste particular, a DGT encontra-se a articular com a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), a viabilidade de ser estabelecido um Protocolo com a referida entidade, passível de enquadrar as mencionadas ações passíveis de suprir necessidades coletivas.

Em ordem a otimizar os recursos disponíveis será equacionada a frequência de ações de formação especializada externa, incidentes nas áreas de atuação da DGT, cuja frequência está sempre dependente da necessária disponibilidade orçamental.

De igual modo, será prestada particular atenção às eventuais oportunidades formativas proporcionadas por outras entidades (seminários, congressos, etc.), ou outras de formação especializada que se revele fundamental, bem como o catálogo de oferta formativa da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Ao longo do ano serão efetuadas as alterações e atualizações tidas por adequadas para o cumprimento dos objetivos atinentes à formação profissional dos trabalhadores da DGT.

O Plano de Formação para o ano 2022 consolida o anexo II ao presente Plano de Atividades.

7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Não estão previstas iniciativas de publicidade institucional organizadas pela DGT.

8. LISTA DE ABREVIATURAS

- AIGP** – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
- BDNC** - Base de Dados Nacional de Cartografia
- BUPI** - Balcão Único do Prédio
- CAP** - Comissão de Arquitetura e Paisagem
- CCC** - Conselho Coordenador de Cartografia
- CNT** - Comissão Nacional do Território
- CO SNIG** - Conselho Orientador do Sistema Nacional e Informação Geográfica
- CSOP** - Conselho Superior de Obras Públicas
- COS** - Carta de Ocupação do Solo
- DGT** - Direção-Geral do Território
- DRAG** - Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica
- DRAlen** - Delegação Regional do Alentejo
- DRAlg** - Delegação Regional do Algarve
- DRNorte** -Delegação Regional do Norte
- DRCentro** - Delegação Regional do Centro
- DRLVT** - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- DSGCIG** - Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica
- DGRI** - Divisão de Gestão de Recursos Informáticos
- DR** - Delegação Regional
- DSIC** - Direção de Serviços de Informação Cadastral
- DSOT** - Direção de Serviços de Ordenamento do Território
- DSPRI** - Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio
- DIPIGEO** - Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica
- ECS** - Estratégia Cidades Sustentáveis 2020
- IGT** - Instrumentos de Gestão Territorial
- INV** - Investigadores
- OE** - Objetivo Estratégico

OF - Orçamento de Funcionamento

OI - Orçamento de Investimento

OIGP – Operações Integradas de Gestão da Paisagem

Oop - Objetivo Operacional

OOTU - Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo

PA - Plano de Atividades

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PRGP – Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

REN - Reserva Ecológica Nacional

REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SNIC - Sistema Nacional de Informação Cadastral

SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica

SNIT - Sistema Nacional de Informação Cadastral

UE - União Europeia

ANEXO I - PROJETOS e ATIVIDADES 2022

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.1	1	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo - OOTU	1- Plano de Atividades executado 2 – Sistema de indicadores de monitorização atualizado 3 - Análises temáticas produzidas/atualizadas 4 – Investigação para produção de indicadores territoriais (conectividade ecológica, artificialização do solo, estrutura de propriedade) 5 - REOT concluído e divulgação do Estado do Ordenamento do Território 6 - Rede nacional ESPON ativada	DSOT INV EMIGDIT	1-Taxa de execução 2 - Taxa de atualização dos indicadores (nº de ind. atualizados / nº ind. disponibilizados) 3 - Número de análises 4 - Número de temas 5 – Data de conclusão e Numero de eventos ou publicações 6 – Número de reuniões	1-80% 2 - 70% 3 - 2 4 - 3 5 – 30 jun; 2 6 - 2	
OE1	OOP1.2	2	Agenda para o Território - PNPOT	1 - Plataforma Colaborativa da Agenda para o Território (PCAT) concluída (Território Digital) 2 - Agenda Territorial monitorizada 3 - Produção de contributos no âmbito da articulação e compatibilização de IGT e estratégias setoriais com relevância territorial	DSOT EMIGDIT	1 – Data de entrada em produção 2 – Data do relatório de monitorização 3- Nº de contributos produzidos/solicitados	1 - 15 dez 2 - 15 dez 3 - 100% dos solicitados ate 1 dez	
OE1	OOP1.2	3	Programa de Transformação da Paisagem - PTP	1 - Elaboração de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem 2 – Modelo de monitorização do PTP concluído 3 - Contratos de implementação de AIGP e preparação Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) acompanhados 4- Projeto Piloto da Agenda Territorial 2030	DSOT EMIGDIT	1 – N.º de PRGP executados e nº de PRGP em elaboração a 31 de dezembro 2 – Data de apresentação do modelo 3 – Datas de apresentação de Relatórios de acompanhamento 4 -Reuniões transnacionais	1 - 5 e 9 2 – 20 dez 3- 15 mar e 15 de nov 3 – 31 mar e 15 set 4 - 2	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.2	4	Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem - PNAP	1- Plano de Atividades executado 2 – 4º Prémio Nacional da Paisagem atribuído 3 - Conferência anual da PNAP realizada 4 - Portal da PNAP atualizado	DSOT	1-Taxa de execução 2 – Data de atribuição 3 – Data de realização 4 - Número de notícias e eventos divulgados	1-80% 2 – Até 31 dez 3 - Até 15 dez 4 - 14	
OE1	OOP1.2	5	Fórum das Cidades	1 - Eventos públicos sobre política de cidades e assuntos urbanos realizados 2 - Newsletter Fórum das Cidades 3 - Website Fórum das Cidades dinâmico e atualizado 4 - Redes sociais Fórum das Cidades dinâmicas	DSOT	1 – Número de eventos 2 – Número de Newsletters e campanhas de email 3 – Número de conteúdos publicados 4 – Número de conteúdos publicados	1 - 1 2 - 30 3 - 120 4 - 300	
OE1	OOP1.3	6	URBACT Portugal	1 – Work Programme (WP) 2022 executado (material e financiamento); 2- WP 2023/24 preparado 3 – Evento público sobre o URBACT realizado 4 - Plataformas de comunicação URBACT dinâmicas e atualizadas 5 - Redes URBACT com parceiros portugueses acompanhadas	DSOT	1 - Taxa de execução anual (máximo elegível) 2 - Taxa de execução 3 – Data de realização 4 – Número de Newsletters e campanhas de email 5 – Número de ações de formação	1 - 90% 2- 90% 3 – Até 30 nov 4 - 12 5- 5	
OE1	OOP1.3	7	Iniciativa Nacional Cidades Circulares	1 - Execução material e financeira do programa e pacote financeiro do Fundo Ambiental 2 - Fase 1 e arranque da fase 2 das Redes Cidades Circulares concluídas 3 - Redes Cidades Circulares acompanhadas tecnicamente 4 - Eventos públicos sobre Cidades Circulares realizados 5 - Website Cidades Circulares dinâmico e atualizado	DSOT	1 - Taxa de execução plurianual 2 – N.º de Municípios envolvidos em redes 3 – N.º de Ações de formação e de acompanhamento 4 – N.º de eventos 5 – N.º de conteúdos publicados	1 - 65% 2 - 31 3 - 10 4 - 4 5 - 20	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.3	8	Projeto i-Território - Acesso a Serviços de Interesse Geral	1 - Modelo disponível na infraestrutura da DGT	DSOT EMIGDIT	1 – Data de disponibilização	1 – 1 set	
OE1	OOP1.4	9	Roteiro Nacional para Adaptação XXI	1 - Relatório setorial WP7B “Review of the guidance on adaptation to climate changes on spatial planning plans and programs, including sub national strategies and plans” produzido	DSOT	1 - Data de produção	1 - 15 dez	
OE1	OOP1.4	10	DinArtS - Dinâmicas de Artificialização do Solo	1 – Delimitação das áreas edificadas do Continente em 2021 2 - Relatório sobre as dinâmicas de artificialização do solo nos períodos 1990-2007 e 2007-2018 3 - Análise temática da artificialização (sobre a forma de folheto para publicação do site da DGT) 4 - Produção de indicadores sobre a artificialização bruta e líquida do solo e a reciclagem de áreas artificializadas desagregados por NUTIII para carregamento no observatório	INV DSOT	1 – Produção dos conjuntos de dados e respetivos metadados 2 - Relatório 3 - Folheto 4- Nº de indicadores	1 – 15 out 2 – 30 abril 3 - 15 mar 4 - 3	
OE1	OOP1.4	11	Sistemas de sensorização, de informação e de comunicações de emergência e integração nos processos de decisão - foRESTER	1 - Carta de ocupação do solo adaptada e atualizada para derivação de modelos de propagação de incêndios	DSGCIG INV	1 - Data de conclusão	1 - 15 dez	
OE1	OOP1.4	12	Modelo Sustentável de Ordenamento do Território para a prevenção dos incêndios rurais - SCAPEFIRE	1 - Carta de ocupação do solo adaptada e atualizada para derivação de modelos de risco de incêndios	DSGCIG INV	1 - Data de conclusão	1 - 15 dez	
OE1	OOP1.4	13	Framework Partnership Agreement on Copernicus User Uptake - FPCUP	1 - Ações de formação e de promoção das imagens de satélite e dos produtos do programa Copernicus na Administração Pública	DSGCIG	1– Nº de ações 2- Nº de reuniões	1-6 2 - 2	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				2 - Reuniões técnicas com o Instituto Geográfico Nacional (Espanha) para promover a cooperação em temáticas relacionadas com o Programa Copernicus				
OE2	OOP2.1	14	Sistema Nacional de Informação Territorial – SNIT	1 - SNIT em continuidade e qualidade e SNIT histórico operacional 2 - CRUS atualizada a 31 de dezembro de 2021 3 - RAN e REN vetorial disponíveis em serviços 4 - SRUP com crescente abrangência temática e territorial	DSOT	1 - Nº de dias inoperacional 2 - Data da disponibilização 3 - % de publicações em 2021 4 - N.º de Tipologias de SRUP disponibilizadas no SNIT	1 - < 1 2 - 31 mar 3 - 100% 4 - 10	
OE2	OOP2.1	15	Plataforma de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial -SAIGT	1 - SAIGT operacional em continuidade e com qualidade 2 - Módulo SRUP ativado 3 - Validação automática dos dados geográficos dos PDM e REN	DSOT	1 - Nº de dias inoperacional e tempo médio de resposta a questões dos utilizadores 2 - Ativação após publicação de diploma habilitante à extensão da SAIGT às SRUP 3 - Data de conclusão dos Termos de referência	1 - <5 dias e 2 - <=2dias úteis 2 - 30 dias 3- 30 jun	
OE2	OOP2.1	16	Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT	1 - PCGT operacional em continuidade 2 - Assistências e correções adaptativas do Help-desk nacional 3 - Monitorização do desempenho do Help-desk nacional	DSOT DGRI	1 - Nº de dias inoperacional 2 - Tempo médio de correção 3 - Data de apresentação de Relatório	1 - <5 dias 2 - < 5 dias úteis 3 - Até 30 set	
OE2	OOP2.2	17	Sistema Nacional de Informação Geográfica - SNIG	1 - Gestão e Monitorização do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) 2 - Documento de estratégia para a evolução do SNIG 3 - Implementação do novo RNDG 4 - Plataforma para validação automática dos metadados do RNDG 5 - ENIIG 2022 - VII Encontro Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica (discussão da estratégia para evolução do SNIG) / JIIDE 2022 - XIII Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Informação Geográfica 6 - Ações de divulgação e promoção de utilização do geoportal SNIG/INSPIRE	DSGCIG INV	1 - Nº de relatórios 2, 3, 4, 7 - Data de conclusão 5 - Data limite de realização 6 - Nº de ações	1- 3 2- 15 dez 3 - 15 nov 4 - 15 dez 5 - 30 nov 6 - 4 (uma por trimestre) 7 - 15 out	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				7 – Modelo de carregamento de informação geográfica nos dados.gov.pt a partir do SNIG, definido e implementado				
OE2	OOP2.3	18	Sistema Nacional de Informação Cadastral - SNIC	1 – Requisitos, arquitetura e desenho funcional da Base de Dados Nacional do Cadastro Predial definidos 2 – Base de Dados Nacional do Cadastro Predial com as unidades prediais harmonizadas implementada 3 – Requisitos e desenvolvimento da plataforma de técnicos de cadastro predial e aplicação para a conservação de cadastro predial por TCP concluída	DSIC DGRI	1 - Data de conclusão 2 - Data de conclusão 3 - Data de conclusão de 50%	1 – 28 fev 2 – 30 jul 3 – 31 dez	
OE3	OOP3.1	19	Sistema Monitorização de Ocupação do Solo - SMOS	1– Carta de uso e ocupação do solo COS2021 para o bloco norte - versão preliminar 2 – COSsim2021 (COS Simplificada com pixel de 10 m derivada de processamento automático de imagens de satélite) 3 - Mapas Mensais do Estado da Vegetação 4- Carta de interface de áreas edificadas conjuntural 2021 5- Implementação do portal SMOS e da aplicação COSvgi 6 - Demonstrador SMOS na área do ordenamento do Território (e.g. indicadores territoriais) 7 - enSMOS 2022 (Encontro Nacional do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo) 8 - Dinamização do Grupo de Utilizadores do SMOS (guSMOS)	DSGCIG INV DSOT	1 a 7 – Data de conclusão 8 – N.º de reuniões	1– 15 dez 2 – 15 mar 3- Até dia 15 do mês seguinte 4 – 15 dez 5 – 15 nov 6 – 30 out 7 - 30 out 8- 4	
OE3	OOP3.1	20	Base de Dados Nacional de Cartografia – BDNC	1 - Desenvolvimento tecnológico 2- Implementação com a cartografia NdD2 homologada 3 - Apresentação pública da BDNC 4- Especificações Técnicas para a aquisição dos Temas Toponímia e Transportes (PRR)	DSGCIG	1, 2, 3 e 4 - Data de conclusão 5 e 6 - % Área coberta de Portugal continental	1 - 30 nov 2- 30 nov 3 - 15 dez 4- 28 fev 5- 70%	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				5 - Tema Toponímia de Portugal Continental no Nível de Detalhe 2 6 - Tema Transportes da metade Norte de Portugal Continental no Nível de Detalhe 2			6- 10%	
OE3	OOP3.2	21	Ortofotos 2022	1 - Ortofotos da metade Norte de Portugal continental para disponibilização através de um serviço de visualização 2 - Ortofotos da metade Norte de Portugal continental disponíveis para disponibilização através de um serviço de download	DSGCIG	1 - Data de conclusão 2 - Data de conclusão	1 - 30 jun 2 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	22	Levantamento LiDAR de Portugal continental	1- Aquisição da cobertura LiDAR 2- Aplicações para gestão, exploração e disseminação de dados LiDAR	DSGCIG	1 - % de Área voada 2 - Data de conclusão	1 - 60% 2 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	23	Cartografia Topográfica Vetorial	1- EuroRegionalMap atualizado 2- Atualização da carta 1:500 000	DSGCIG	1 e 2 - Data de conclusão	1- a estabelecer pela EuroGeographics 2- 30 nov	
OE3	OOP3.2	24	Monitorização do meio terrestre do programa Copernicus	1- Validação e disponibilização no SNIG dos CLC backbone e dos temas de grande e muito grande resolução espacial do programa Copernicus 2- Colaboração no desenvolvimento do novo modelo de monitorização do meio terrestre no âmbito da participação na EIONET Action Group on Land monitoring in Europe (EAGLE)	DSGCIG	1 - Data de conclusão 2 – N.º de reuniões com participação DGT	1 - 15 dez 2 - 2	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
OE3	OOP3.2	25	"Portugal Visto do Céu" - Medida SIMPLEX	Visualização online de fotografias aéreas do território nacional. Disponibilização de serviços de dados geográficos para visualização de várias coberturas integrais de Portugal continental com ortofotos produzidos ao longo das últimas décadas (projeto para 2021/2022)	DSGCIG	1- Data de conclusão	1- 15 dez	
OE3	OOP3.2	26	Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP	1- CAOP 2021 publicada 2- EuroBoundaryMap atualizado 3- Reporte de dados ao INE e à DGAL 4- CAOP com modelo de dados INSPIRE e em formato open source	DSGCIG	1 a 4 – Data de conclusão	1- 31 jan 2 - 30 dias após solicitação 3- 1 semana após solicitação 4- 15 dez	
OE3	OOP3.2	27	Fotografia Aérea Histórica	1- Desmaterialização integral do arquivo (PRR) 2 - Digitalização de fotografia aérea antiga em suporte vidro	DSGCIG	1- Nº de filmes 2 - Nº de fotogramas	1- 10 % 2 - 1200	
OE3	OOP3.2	28	Homologação de cartografia	1- Processos de homologação concluídos no prazo 2- Novas funcionalidades para a plataforma de homologação 3 - Novas funcionalidades para as aplicações informáticas de controlo de qualidade da cartografia topográfica	DSGCIG	1 - Tempo de procedimento 2 e 3 - Data de conclusão	1-100% em < 90 dias úteis; 50 % em < 70 dias úteis 2- 30 nov 3- 15 dez	
OE3	OOP3.2	29	Regulação da Atividade de Cartografia	1 - Registo de entidades coletivas e singulares produtoras de cartografia de base	DSGCIG	1 - Tempo médio de tramitação	1 - 2 a 5 dias	
OE3	OOP3.3	30	Rede Geodésica Nacional	1- ReNEP operacional 2- Aquisição de equipamentos GNSS (antenas e recetores) para receção do sinal Galileo das Estações Permanentes da ReNEP - PRR 3- Instalação dos novos equipamentos nas Estações Permanentes da ReNEP 4 - Observações GNSS de Vértices Geodésicos (Pirâmides) 5- Nova realização do ETRS89 em Portugal Continental – preparação da compensação das coordenadas da RGN2021	DSGCIG	1- Nº de dias com estações inoperacionais 2 e 3 - Nº Estações 4 - N.º de VG 5 e 6 - Data de conclusão	1-<=20 2- 28 3- 10 4- 38 5- 30 nov 6- 15 fev	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				6 - Evento para apresentação pública da RGN2021 e das atividades da geodesia na DGT				
OE3	OOP3.3	31	Referenciais Altimétricos Nacionais	1-Marégrafos de Cascais e Lagos operacionais 2-Marcas de nivelamento localizadas junto dos marégrafos niveladas através de nivelamento geométrico de alta precisão 3- Maregramas online 4- Marcas de nivelamento verificadas e coordenadas com GNSS	DSGCIG	1- Nº de dias inoperacionais 2-Data de conclusão 3 - Nº de anos 4 - Nº de marcas	1- <=20 2 - 30 nov 3 - 5 4- 100	
OE4	OOP4.1	32	Ferramenta de classificação de unidades prediais em função do tipo de cultura dominante	1 - Requisitos, desenho funcional e implementação de aplicação de classificação automática das unidades prediais e suporte à decisão sobre fracionamento da propriedade concluídos	DSIC	1 - Data de conclusão	1 - 30 set	
OE4	OOP4.2	33	Vetorização e atualização do CGPR	1 - CGPR vetorizado e atualizado disponível no visualizador de cadastro 2 - Atualização sistemática da informação cadastral disponível no visualizador operacionalizado	DSIC DR	1 - Nº de novos concelhos 2 - Periodicidade da atualização	1 - 36 1 - <= 2 meses	
OE4	OOP4.2	34	Conservação do CGPR - Processos de Reclamação Administrativa - PRA	1 - Apreciação de PRA e redução de pendências longas 2 - Fornecimento de dados CGPR e certificação de elementos nos prazos estabelecidos	1.1-DSIC 1.2-DRN 1.3- DRC 1.4-DRLVT 5-DRALT 6- DRAIG 2 - DSIC e DR	1 -N.º de PRA com emissão de parecer técnico e envio para a AT 2 - Tempo médio de resposta	1.1 - 650 1.2 -80 1.3 - 550 1.4 - 800 1.5 - 300 1.6 - 300 2- 14 dias úteis	
OE4	OOP4.2	35	Operações de Cadastro nas AIGP	1 – Coordenação e acompanhamento de operações de cadastro predial nas AIGP	DSIC DR	1 – Área executada 2- Data de conclusão	1 – 2800 ha 2 – 31 dez	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				2-Integração de prédios resultantes das operações de cadastro predial nas AIGP na Carta Cadastral				
OE4	OOP4.3	36	Regulação da Atividade de Cadastro	1 - Registo de entidades coletivas e singulares no portal TCP	DSIC	1 - Tempo médio de tramitação	1 - < 15 dias	
OE5	OOP5.1	37	Cooperação e inovação em assuntos urbanos e política de cidades no âmbito internacional	1- Cooperação internacional: Working Party on Urban Policies da OCDE; apoio da representação no Conselho Executivo UN HABITAT; Urban Development Group, Directores-Gerais dos Assuntos Urbanos; Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matters; Comité de Monitorização URBACT; cooperação macrorregional e bilateral e recepção de comitivas estrangeiras; apoio à SGMATE na cooperação internacional; Driving Urban Transitions; 2- Agenda Territorial para a EU e Programa ESPON divulgados; 3 -Cooperação nacional: participação em projetos, grupos de trabalho, conselhos e comités de âmbito nacional com incidência em assuntos urbanos, incluindo o Conselho da Cultura SPAA, Estratégia Smartcities, Fórum dos Serviços, Projeto <i>Grandes Trabalhos</i> , Novo Bauhaus Europeu, ENMA Cicável, DUT, entre outros	DSOT	1 –N.º de reuniões transnacionais participadas 2 – N.º de conteúdos publicados em newsletter 3- N.º de reuniões participadas	1 - 13 2 - 12 3 - 11	
OE5	OOP5.1	38	Cooperação e inovação em política de ordenamento do território e paisagem	1 - Cooperação internacional: Network of Territorial Cohesion Contact Points; Directores-Gerais da Coesão Territorial; EIONET – National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning; articulação com a AD&C no âmbito do Regional Development Policy Committee da OCDE; Comité de Monitorização ESPON; Conselho da Europa - Convenção Europeia da Paisagem; Diálogo 5+5 2 - Cooperação nacional: participação em projetos, grupos de trabalho, conselhos e comités de âmbito nacional com incidência em ordenamento do território e paisagem, designadamente: <ul style="list-style-type: none">– Governação e implementação do PNPOT: CNADS, CSOP, GT Plano Ferroviário Nacional, SGIFR e PNGIFR, Comité de Acompanhamento POSEUR;– Protocolos e projetos: SPEBT CSE, Protocolo INE, Protocolo LNEG - projeto “Atlas do H2 Verde Sustentável”, Protocolo ODS Local, Protocolo CCP – Observatório dos Serviços, Protocolo Forestwise, Projeto ECO XXI, Rede de pontos Focais ENEA.	DSOT EMIGDIT	1 – N.º de reuniões transnacionais participadas 2 - N.º de reuniões participadas	1 – 6 2 - 15	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				<ul style="list-style-type: none"> - Solo e artificialização: ENRAN, CCNCD e Observatório da Desertificação, ENRAN, PPS, - Água: GT Seca, CNGRI, GT NREAP; - Alterações climáticas: Grupo de Coordenação ENAAC, Ponto focal SPeM QEPIC - Biodiversidade: Fórum Intersetorial da ENCNB 2030, ECO XXI, - Riscos: GT Portaria Seveso, Subcomissão PNRRC. - Arquitetura e urbanismo: ENRA 2030, Projeto SI-LUC, GT Normas técnicas de acessibilidade, Conselho Consultivo do IMPIC. 				
OE5	OOP5.1	39	Cooperação em geodesia, cartografia, informação geográfica e cadastro	1- ICA - International Cartographic Association 2- EUREF- International Association of Geodesy Reference Frame Sub-commission for Europe 3- Comité Permanente de Cadastro da União Europeia 4- INSPIRE KEN (Knowledge Exchange Networks) - Cadastre and Land Registry - CLRKEN 5 Comité Permanente sobre el Catastro en Iberoamerica 6- WPLA - Working Party on Land Administration 7- INSPIRE – Ponto Focal Nacional 8 – Agência Europeia do Ambiente - Representante de Portugal no Grupo "Land Systems" e no Subgrupo temático "Support to Copernicus Land Monitoring" da European Environment Information and Observation Network (EIONET) 9 - EuroGeographics 10 - EuroSDR	DSGCIG DSIC	1 a10 - Nº de reuniões	1- 0 2- 1 3- 2 4- 1 5-1 6- 1 7-4 8-1 9-1 10-1	
OE5	OOP5.1	40	Presidência de comissões nacionais no âmbito do ordenamento do território e paisagem	1 - Comissão Nacional do Território – CNT - Dinamização dos trabalhos e secretariado da CNT 2 - Comissão de Acompanhamento Arquitetura e Paisagem – CAAP- Dinamização dos trabalhos e implementação do plano de atividades 3 - Promoção dos trabalhos do Fórum Intersetorial	DSOT EMIGDIT	1 - Nº de reuniões 2 - Nº de reuniões 3 – N.º de reuniões do Plenário, Núcleo Permanente e Comissões Flexíveis 4- Nº de reuniões e taxa de execução do programa de trabalhos	1 - 6 reuniões CNT, 3 reuniões dos GT 2 - 2 3 – 4 4 – 2 e 90% 5-2 e 90%	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
				4- Comissão de Acompanhamento do PROT Norte –Dinamização dos trabalhos e Secretariado técnico 5- Comissão de Acompanhamento do PROT Centro –Dinamização dos trabalhos e Secretariado técnico		5 - Nº de reuniões e taxa de execução do programa de trabalhos		
OE5	OOP5.1	41	Presidência de comissões nacionais no âmbito da cartografia	1 - Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica – CO SNIG: Dinamização dos trabalhos do CO SNIG e do GT SNIG-Local 2 - Conselho Coordenador de Cartografia – CCC: 2.1 - Dinamização e dos trabalhos do Conselho Coordenador de Cartografia 2.2 - Dinamização e condução dos trabalhos do GT para a Geodesia	DSGCIG	1 e 2 - Nº de reuniões	1 – 2 (Co-SNIG) e 2 (GT Local) 2.1 – 1 2.2 - 1	
OE5	OOP5.2	42	Infraestrutura física e tecnológica e suportes e aplicativos	1 - Capacitação e modernização da infraestrutura tecnológica (Sede + DR) 2 - Capacitação e modernização dos suportes tecnológicos e aplicativos	DGRI	1 – Data de realização 2 – Data de realização	1 – 8 dez 2 – 8 dez	
OE5	OOP5.3	43	Informação de gestão e pareceres	1- Propostas legislativas e regulamentares e outros por solicitação da tutela, da IGAMAOT e do Ministério Público, analisadas 2 -Pareceres no âmbito de processos de formação de Programas e Planos e de processos específicos 3 – Atualização do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas	DSOT DRAJ DSPRI	1 - Nº de pareceres pedidos emitidos / pareceres solicitados*100 2- % de pareceres emitidos em tempo (legal ou internamente fixado) 3 –Data de conclusão	1- 100% dos solicitados até 1 de dez 2- 100% 3 – 20 dez	
OE5	OOP5.3	44	Gestão Documental e Segurança da Informação	1 – Interoperabilidade SG MATE / DGT, documentos trocados 2 - Novos fluxos desmaterializados 3– Implementação das medidas referentes ao quadro de avaliação de capacidades de cibersegurança do Centro Nacional de Cibersegurança	DGRI	1 – Nº de documentos trocados 2 - Nº de circuitos 3 - Data de conclusão	1 – 80 2 – 2 3 -20 dez	

OE	OP	Cód PA2022	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	UO	Indicador	Meta	Observações
OE5	OOP5.4	45	Portal e sítios internet	1 - Conteúdos do portal e sítios de internet atualizados 2 – Museu Virtual atualizado	DGRI DSPRI	1 – N.º de conteúdos atualizados 2 – N.º de páginas atualizadas	1- 100 2 - 9	
OE5	OOP5.4	46	Comunicação	1- Inquérito à qualidade do atendimento	DSPRI	1 - % de respostas com nível de satisfação bom	21– 50%	
OE5	OOP5.5	47	Capacitação dos recursos humanos	1 - Execução do Plano de Formação 2 -Trabalhadores/as com jornada contínua e teletrabalho autorizado	DSPRI Todas as UO	1- N.º de trabalhadores abrangidos por ações de formação 2 - N.º de trabalhadores com solicitações com parecer favorável /n.º de trabalhadores que solicitam *100	1 – 75 2 – 15	

ANEXO II - PLANO DE FORMAÇÃO

Tabela 1 – Capacidades formativas (formação interna)

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Formadores propostos	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
DSGCIG	SIG	Introdução ao QGIS	André Serronha	Exploração do software SIG Desktop QGIS nas seguintes vertentes: <ul style="list-style-type: none"> • O ambiente de trabalho QGIS: ambiente gráfico e principais funções; • Visualização de layers (camadas); • Tabela de atributos; • Simbologia; • Layouts; • Edição de dados; • Utilização de módulos (plugins); • Georreferenciação de imagens. 	Assistentes Técnicos Técnicos Superiores	21
DR Centro	Gestão documental	EDOC- Gestão da documentação na DRC e EDC	Ricardo Amaral	1- Registo de Processo; 2- Registo de documentação; 3- Distribuição de tarefas;	Assistentes Técnicos Técnicos Superiores	7

Tabela 2 – Necessidades formativas (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	SGBD Geográficas	Criação, gestão e manutenção de SGBDs	1
DSIC	Sistemas de Informação Geográfica (externa) - Bases de dados Geográficas com QGIS e PostgreSQL/PostGIS - NaturalGIS	Gestão, análise e visualização de dados geográficos complexos. Gestão de dados vetoriais através de SQL, com a importação dos dados geográficos, com a interrogação/pesquisa de dados geográficos ou alfanuméricos através de múltiplas aplicações.	7
	Sistemas de Informação Geográfica - Qgis avançado - OE -	Tratamento de informação geográfica e análise espacial em QGIS	1
	Tecnologias da Informação - Introdução à programação em Python para QGIS – Naturalgis	Desenvolver ferramentas/extensões para QGIS utilizando a linguagem de programação Python. Tem como finalidade fornecer os conceitos fundamentais e a experiência prática para o desenvolvimento de ferramentas para QGIS	1
	Tecnologias da Informação- Introdução à linguagem Python - OE -	Ferramenta open-source multiplataforma para a visualização, processamento e análise de dados	2
DSIC	Sistemas de Informação Geográfica	QuantumGIS - QGIS	
DSIC	Gestão interna da DGT - Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	EDOC	
DSIC	Tecnologias da Informação Ferramentas	Office (word, excel, etc)	
DSIC	Sistemas de Informação Geográfica	Geoserver (externa ou interna)	

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DRCENTRO	Gestão Documental	Gestão documental com base na plataforma EDOC: 1- Registo de Processo; 2- Registo de documentação; 3- Distribuição de tarefas;	19
DSGCIG	SIG – NATURAL QGIS	<i>Análise SIG com QGIS</i> <i>A caixa de ferramentas de análise SIG de QGIS</i> <i>Ferramentas nativas de QGIS</i> <i>Integração do QGIS com GRASS, SAGA, Orfeo toolbox e GDAL/OGR</i> <i>Análise vetorial de base: dissolve, merge, gestão das tabelas de atributos, etc.</i> <i>Correção de erros topológicos e simplificação de vetores</i> <i>Análise de redes (vetores)</i> <i>Análise geomorfológica: criação de modelos digitais de terreno, curvas de nível, declives, exposição, relevo sombreado</i> <i>Interpolações</i> <i>Buffers de vetores e rasters, análise de distâncias, percursos de custo mínimo</i> <i>Reclassificação raster, álgebra de mapas</i> <i>Geoestatística</i> <i>Análise de visibilidade</i> <i>Cálculo de bacias hidrográficas</i> <i>Criação de mapas de risco/probabilidade (análise multicritério)</i> <i>Classificação automática do uso do solo e extração de elementos</i> <i>Criação de modelos</i>	28
	SIG – NATURAL QGIS	Cartografia Avançada e DataViz com QGIS Controlar ordem das camadas Simbologia vetores Simbologia rasters Simbologia por categorias Simbologia por quantidades Simbologia baseada em regras Simbologia avançada - níveis	8

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
		Modos de rendering e transparência Etiquetas Criação de símbolos compostos Gestor de símbolos Gravar, Importar e exportar símbolos Compositor de impressão Elementos do mapa (escala gráfica, norte, legenda, etc.) Grelhas de coordenadas Mapas de enquadramento Otimização da produção de cartografia Filtrar legenda consoante visibilidade A ferramenta "atlas" Criar séries de mapas com a ferramenta "atlas" Presets e estilos múltiplos Controlo dos elementos e formato do mapa através dos atributos Criação de cartogramas Criação automática de mapas de ocorrência	
	SIG – NATURAL QGIS	Publicação de mapas em ambiente web com QGIS Os padrões do Open Geospatial Consortium para a publicação de serviços de mapas e ferramentas WebSIG Os protocolos WMS, WFS e WCS Instalação e configuração de QGIS server Publicar serviços WMS, WFS e WCS Otimização dos dados para a publicação de serviços e mapas em ambiente web Instalação e configuração de LizMap (plataforma WebSIG baseada no QGIS) Publicação de projetos/mapas em ambiente web com recurso a LizMap	11
	SIG – NATURAL QGIS	Bases de dados Geográficas com QGIS e PostGIS Vantagens do uso de uma base de dados nos SIG Introdução ao RDBMS (Relational Database Management System) PostgreSQL Primeira configuração do servidor Utentes, permissões, acessos Esquemas, tabelas, vistas, funções	12

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
		Introdução ao PostGIS Bases de dados geográfica: estrutura e formato dos dados Criação de uma base de dados geográfica Administração da base de dados e acesso aos dados Administração com a ferramenta de linha de comandos "psql" Os front-ends gráficos: QGIS, PgAdmin4, LibreOffice, etc. PostGIS e QGIS: Importação de vetores, digitalização, queries Queries avançadas de geoprocessamento PostGIS e os rasters, uma introdução Funções e triggers, uma introdução Backup e restore	
DSGCIG	Folha de cálculo Excel - INA	Conhecer e utilizar as funcionalidades mais importantes do Excel	3
	Base de dados Access - INA	Realizar as funções básicas e correntes de base de dados Access	7
	Desenvolvimento de aplicações em Access - INA	Conhecer as funcionalidades avançadas do Access visando o desenvolvimento de aplicações	2
	Processador de Texto - funcionalidades avançadas - INOVINTER	<ul style="list-style-type: none"> •Automatizar tarefas de edição e elaboração de documentos. •Efetuar impressões em série. •Elaborar e utilizar macros e formulários 	11
	Microsoft Excel: Nível Intermédio - INA		17
DSGCIG	Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	Formação interna na exploração do software EDOC: conceitos básicos e avançados	16
DSGCIG	Ferramentas Office (word, excel, etc)	Desenvolver a aprendizagem das funcionalidades avançadas do Word; Dominar o trabalho com estilos, formulários, criação e gestão de documentos longos e impressão em série; Preparar um documento para publicação; Utilizar, com autonomia, as funcionalidades de edição de texto, formatação de tabelas e páginas	1

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DR ALENTEJO	Iniciação aos SIG com QGIS	SIG- QGIS	3
DSPRI	Curso de Formação de Atualização dos Dirigentes- Nível Intermédio ou Equiparados	O curso de Formação de Atualização dos Dirigentes de Nível Intermédio ou Equiparados tem como objetivos “dar resposta às necessidades de atualização das competências e dos conhecimentos de cada dirigente, em função da evolução do estado da arte da gestão pública, dos programas de reforma e da especificidade do cargo exercido” (artigo 3.º, n.º 2, da Portaria n.º 146/2011, de 7 de abril).	3
DSPRI/DCRI	Adobe CS Illustrator	Ferramentas de desenho vectorial	1
	Adobe CS Indesign	Ferramentas de elaboração de publicações	1
	Adobe CS Dreamweaver	Ferramentas de edição de páginas web em HTML	2
	Quantum GIS	Ferramentas de GIS Open source	2
	Word	Ferramenta de utilização Office/Word	2
	Administração de Redes	Administração de Redes Locais	1
	Excel	Ferramenta de utilização Office/Word	1
DSPRI	Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	Formação interna na exploração do software EDOC: conceitos básicos e avançados	10

